

Caderno de Prova, Cargo J08, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

<b>P R O V A</b>
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Conhecimentos Especializados

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Português**

**Atenção:** As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

**A curiosidade das crianças**

O escritor tcheco Milan Kundera, em seu mais famoso romance, “A Insustentável Leveza do Ser”, presta uma homenagem à curiosidade das crianças: “De fato, as únicas questões realmente sérias são aquelas que até uma criança pode formular. Elas são as questões sem resposta. Uma questão sem resposta é uma barreira intransponível. Em outras palavras, são as questões sem resposta que definem as limitações das possibilidades humanas, as que descrevem as fronteiras da existência humana”.

Que adulto nunca se deparou com uma criança fuzilando perguntas, “Por que isso? Mas por que aquilo?” Pena que tantos adultos tenham esquecido que, quando eram crianças, também perguntaram, aflitos, sobre os mistérios do mundo, da vida e da morte, e façam tão pouco esforço para responder às perguntas dos filhos, sobrinhos ou netos: “Pai, por que o céu é azul? O que acontece de dia com as estrelas? O que faz elas brilharem? Será que existe vida em outros planetas? Como a vida surgiu aqui? O que aconteceu com a vovó, depois que ela morreu? Quando você vai morrer?” “Ah, sei lá, filho! Pára de ficar fazendo perguntas. Vai jogar bola, vai!”

Esta semana dei uma palestra na escola de meu filho de 13 anos. Na realidade, não consegui dar a palestra. Um dia antes, o professor sugeriu que cada um dos alunos me desse uma pergunta por escrito, algo que quisessem saber sobre astronomia ou física. Resultado: recebi cem perguntas, todas relevantes, sobre assuntos de ponta em astrofísica.

Foi uma das melhores experiências da minha carreira como professor. Primeiro, pelo privilégio de poder falar para 50 crianças e jovens, com idades entre 10 e 14 anos. Segundo, pelo entusiasmo contagiante que emanava deles. Era possível sentir a eletricidade no ar, o interesse pelos assuntos, a curiosidade enorme de entender os mistérios do Universo, a tentativa de dar sentido à vida, de pô-la em contexto dentro da visão do mundo científico.

Como disse o físico I. I. Rabi, os cientistas são os “Peter Pans” da sociedade: querem permanecer crianças, curiosos, perguntando-se sobre os mistérios do mundo. De minha parte, decidi que, a cada vez que sentir a chama falhar, visitarei uma escola e conversarei com as crianças.

(Marcelo Gleiser, **Folha de S. Paulo**, 04/02/07.)

1. De acordo com o trecho de Milan Kundera citado no primeiro parágrafo do texto, as perguntas das crianças
  - (A) são irresponsáveis porque não se prendem às preocupações dos adultos.
  - (B) têm a irrelevância dos enigmas que não admitem possibilidade de solução.
  - (C) constituem o limiar das soluções a que custosamente chegaram os adultos.
  - (D) são reveladoras dos impasses fundamentais do conhecimento humano.
  - (E) têm a relevância da ingenuidade capaz de elaborar soluções simples.

2. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. O autor do texto sugere que as perguntas que fazemos quando crianças costumam ser retóricas, pois desde então sabemos que não têm resposta possível.
  - II. A curiosidade infantil é análoga à do cientista, razão pela qual o autor se sente estimulado pelas perguntas que lhe fazem os jovens estudantes.
  - III. Em sua experiência como convidado de uma escola, o autor percebeu que as preocupações de seus jovens interlocutores extrapolavam as dos cientistas.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

  - (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.

3. A razão pela qual o autor afirma que, na realidade, não conseguiu dar a palestra, explica-se pela
  - (A) forma de condução de sua participação no evento.
  - (B) iniciativa das crianças, que assumiram todas as falas.
  - (C) dificuldade de responder às questões levantadas.
  - (D) informalidade da situação e pela limitação dos temas.
  - (E) resistência que encontrou para suas explicações.

4. A expressão *a cada vez que sentir a chama falhar* (último parágrafo) tem, no contexto, sentido equivalente ao de
  - (A) tão logo sucumba à facilidade das respostas.
  - (B) conquanto me sinta estimulado a responder.
  - (C) sempre que esmorecer o interesse de questionar.
  - (D) uma vez que não esteja convicto das respostas.
  - (E) nos momentos em que me disponha a interrogar.

<p>5. <i>Que adulto nunca <u>se deparou</u> com uma criança <u>fuzilando</u> perguntas?</i></p> <p>Não haverá necessidade de qualquer alteração formal na frase acima caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) enfrentou - disparando          (B) se confrontou - insistindo          (C) se pôs diante - reiterando          (D) confrontou - metralhando          (E) se houve - descarregando</p>	<p>9. No contexto da frase <i>Como disse o físico I. I. Rabi, os cientistas são os “Peter Pans” da sociedade: querem permanecer crianças (...)</i>, os dois pontos assumem um sentido equivalente ao de uma expressão como</p> <p>(A) ainda assim.          (B) em que pese.          (C) conquanto.          (D) ao passo que.          (E) porquanto.</p>
<p>6. Quanto à concordância verbal, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Entre as questões essenciais, que a todo cientista deve importar, estão as que se prendem à origem e ao destino do ser humano.          (B) Não houvesse outras razões, bastaria a propriedade das perguntas que lhe dirigiu o público para fazê-lo sentir-se um professor privilegiado.          (C) Só é dado alimentarem a curiosidade e a insatisfação ao cientista que não abdica de fazer as perguntas fundamentais.          (D) Diante do interesse que representavam cada uma das perguntas que lhe cabiam responder, o professor sentiu-se um privilegiado.          (E) O autor considerou um privilégio o fato de o interrogarem, com perguntas tão instigantes, aquele público curioso que encontrou na escola.</p>	<p>10. Está clara, correta e coerente a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) O fato de uma criança se dispuser a fazer tantas perguntas é indicativo da típica impaciência dos adultos que se esquivam das respostas.          (B) Ao mesmo tempo em que foi fascinante a experiência na escola do autor, o mesmo se daria com as crianças que não hesitaram ao lhe perguntar.          (C) O autor pôde sentir-se entre as crianças impregnado de sua energia, ao constatar que todas se manifestavam em real interesse pelo assunto.          (D) Os adultos jamais deveriam esquecer-se de que uma criança alimenta a mesma curiosidade de que também eles eram tomados antigamente.          (E) Os cientistas não dependem de haver uma resposta imediata para as perguntas em cujas se define o limite de seu próprio desconhecimento.</p>
<p>7. <i>Pena que tantos adultos tenham esquecido que, quando eram crianças, também perguntaram, aflitos, sobre os mistérios do mundo, da vida e da morte, e façam tão pouco esforço para responder às perguntas dos filhos, sobrinhos ou netos.</i></p> <p>O trecho acima passará a apresentar uma <b>incorreção</b> caso se substitua, sem outras providências,</p> <p>(A) <i>tenham esquecido</i> por <b>hajam se esquecido de</b>.          (B) <i>e façam tão pouco esforço</i> por <b>e despendam um esforço tão pequeno</b>.          (C) <i>quando eram crianças</i> por <b>à medida em que eram crianças</b>.          (D) <i>perguntaram</i> por <b>especularam</b>.          (E) <i>Pena que</i> por <b>É de se lamentar o fato de que</b>.</p>	<p>11. Todos os verbos estão corretamente empregados e flexionados na frase:</p> <p>(A) Se eu voltar à mesma escola e os alunos proporem as mesmas perguntas, os debates não deixarão de ter o mesmo calor da primeira vez.          (B) Se o autor do texto não retesse o mesmo entusiasmo de menino pelas perguntas, não haveria todo aquele magnetismo durante o colóquio.          (C) Ao autor aprouve suspender a palestra convencional e deter-se nas perguntas fundamentais que as crianças lhe propuseram.          (D) Imergia das questões formuladas aquela vitalidade própria das crianças que não se resignam à passividade diante dos mistérios do mundo.          (E) Seria interessante que os cientistas convissem em que é fundamental não perder o contato com a curiosidade que se constitui ainda na infância.</p>
<p>8. Exerce a função de <b>sujeito</b> a oração sublinhada no período:</p> <p>(A) Era possível <u>sentir a eletricidade no ar</u>.          (B) O escritor Milan Kundera escreveu um romance <u>em que presta uma homenagem à curiosidade das crianças</u>.          (C) Na realidade, não consegui <u>dar a palestra</u>.          (D) São as questões sem resposta <u>que definem as limitações humanas</u>.          (E) Houve a sugestão <u>de que cada um me desse uma pergunta por escrito</u>.</p>	<p>12. <i>De minha parte, decidi que a cada vez que sentir a chama falhar, visitarei uma escola e conversarei com as crianças.</i></p> <p>Uma nova, correta e coerente redação da frase acima poderia ser a seguinte:</p> <p>(A) Por mim, concluí de que quando a chama falhar, farei uma visita na escola e conversarei com as crianças.          (B) No que me diz a respeito, resolvi que, se a chama falhar, fazer uma visita à escola para conversar com as crianças.          (C) Por meu turno, propus-me a cada vez que sentir a chama falhar de fazer uma visita, onde conversarei com as crianças.          (D) De meu lado, fiquei convicto que, se a chama falhar, de ir visitar a escola e conversar com as crianças.          (E) Quanto a mim, tomei a decisão de, a cada vez que a chama falhar, fazer uma visita à escola e conversar com as crianças.</p>

13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
- (A) Jamais ..... (satisfazer) as crianças aquele tipo de resposta convencional às perguntas essenciais que elas formulam.
  - (B) Como ..... (poder) ocorrer ao professor respostas exatas para um questionário irrespondível?
  - (C) Não ..... (dever) envergonhar a ninguém as lacunas do conhecimento humano sobre os mistérios do universo.
  - (D) A aflição a que ..... (levar) um cientista tais perguntas é a mesma que perturba as crianças.
  - (E) Quanto às questões que a mais ninguém ..... (conseguir) incomodar, ou já encontraram resposta ou não eram essenciais.

14. O equívoco quanto ao sentido exato de uma palavra ou expressão torna necessário **corrigir** seu emprego na seguinte frase:
- (A) Inteirado das questões que recebera, optou o professor pela forma do diálogo, abdicando da formalidade de uma palestra.
  - (B) Durante a palestra, o professor ficou feliz ao ver que o seu fascínio pelo assunto ia de encontro à legítima curiosidade dos alunos.
  - (C) Não é dada a todos os professores a faculdade de afinar seu interesse real pelo que seus alunos também mantêm vivo.
  - (D) As perguntas essenciais são como aquelas leis que jamais prescrevem: estão em todas as culturas e em todos os tempos.
  - (E) Quem não se provê de boas perguntas jamais chega a respostas de fato satisfatórias.

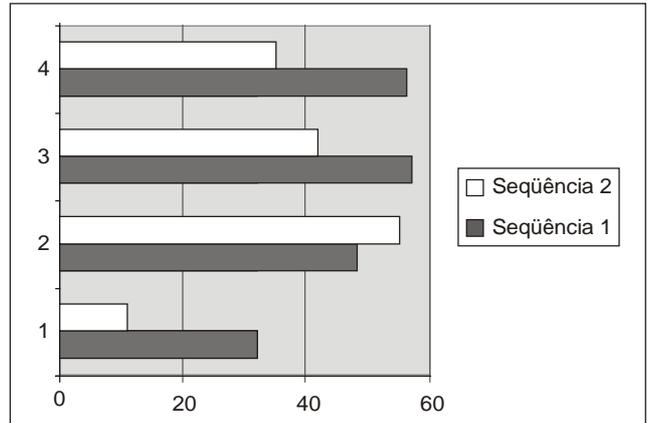
15. As estrelas brilham no céu, e quem fica a observar as estrelas, sentindo a magia das estrelas, considera as estrelas signos de um grande mistério.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) lhes observar - sentindo a magia delas - considera-as.
  - (B) as observar - sentindo sua magia - lhes considera.
  - (C) observá-las - sentindo-as a magia - as considera.
  - (D) observá-las - sentindo-lhes a magia - considera-as.
  - (E) lhes observar - sentindo-lhes a magia - considera-lhes.

**Informática**

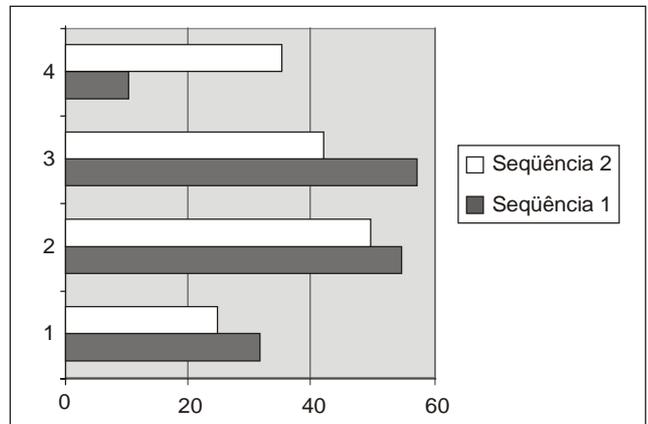
16. O Tribunal solicitou a formatação de um texto escrito em MS-Word 2000. Considerando que no texto formatado existem espaços entre linhas definidos como duplos, espaçamentos entre caracteres expandidos por dois pontos, posições em formato elevado por dez pontos e outras em rebaixado por 25 pontos, é correto que foram usadas apenas as funções de formatação de
- (A) parágrafo e fonte.
  - (B) parágrafo e fonte e de inserção de linhas.
  - (C) parágrafo.
  - (D) parágrafo e fonte e de exibição em estrutura de tópicos.
  - (E) fonte.

17. Considere, a seguir, as duas linhas e as quatro colunas de uma planilha MS-Excel 2000 e o gráfico padrão original elaborado automaticamente a partir do conteúdo dessas células:

	A	B	C	D
1	32	48	57	56
2	11	55	42	35



Sabe-se que um novo gráfico padrão original, a seguir, foi gerado automaticamente a partir de uma modificação no conteúdo das células da planilha:



É correto afirmar que foram feitas modificações

- (A) nas células A1, A2, C1 e D2, apenas.
- (B) nas células A2, B1, B2 e D1, apenas.
- (C) nas células C1 e C2, apenas.
- (D) nas células A2, B2 e D2, apenas.
- (E) em todas as células.

18. No Outlook Express 6 é possível definir o servidor de emails acessando, primeiramente, o menu Ferramentas e, após, trilhando o seguinte caminho:
- (A) Servidores, Email, Propriedades e Contas.
  - (B) Propriedades, Email, Contas e Servidores.
  - (C) Contas, Email, Propriedades e Servidores.
  - (D) Email, Contas, Servidores e Propriedades.
  - (E) Contas, Propriedades, Email e Servidores.

**Instruções:** Para responder às questões de números 19 e 20, considere o seguinte enunciado:

A política de informática e de uso de *sites* do Tribunal recomenda que:

§1º – As mensagens encaminhadas pela intranet não revelem seus destinatários.

§2º – As respostas às dúvidas gerais deverão ser, dentro do possível, pesquisadas em enciclopédias na internet, antes de outras ações.

§3º – Os resultados das pesquisas feitas, conforme §2º que sempre usam aplicativos acessados por meio do Internet Explorer (IE), quando forem impressos, deverão contemplar a correta formatação de página para que os textos não sejam truncados.

§4º – Havendo condições, a troca de mensagens com diálogo instantâneo terá precedência sobre a dos demais tipos.

§5º – A transferência de arquivos via internet deverá ser feita mediante uso de serviço de protocolo específico a essa finalidade, com proteção de acesso direcionada a usuário autorizado.

§6º – As apresentações de trabalhos para as autoridades deverão ser projetadas usando aplicativos específicos de audiovisual para projeção de filmes sonoros.

§7º – A versão dos aplicativos e ferramentas usados deverá ser a mais atual possível como, por exemplo, Internet Explorer, versão 6 em diante, e Outlook Express, versão 6 em diante, e sempre em sua configuração original.

19. Para atender ao especificado no §3º é necessário, estando no IE, acessar o menu
- (A) Ferramentas e depois a opção Gerenciar Complementos.
  - (B) Arquivo e depois a opção Gerenciar Complementos.
  - (C) Arquivo e depois a opção Configurar Impressão.
  - (D) Ferramentas e depois a opção Configurar Impressão.
  - (E) Arquivo e depois a opção Configurar Página.

20. É correto que
- (A) para atender às melhores práticas de segurança, um *backup* deve ser feito exclusivamente da seguinte forma: arquivos não modificados são sempre direcionados a periféricos externos do tipo CD ou disquete e os modificados devem ser sempre guardados em pastas específicas no *hard disk*.
  - (B) um *backup* é um dispositivo de gravação de cópias de segurança, normalmente conectado a uma porta paralela do computador.
  - (C) em um *hard disk*, não considerado um periférico, podem ser gravados arquivos dentro de pastas, mas não pastas dentro de pastas.
  - (D) um *pen drive* é um periférico onde podem ser gravadas pastas dentro de pastas ou arquivos dentro de pastas que podem ser classificados por nome, tipo e data de modificação.
  - (E) Uma porta serial universal não pode ser usada para conectar periféricos nos quais seriam gravadas cópias de arquivos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Direito Constitucional**

21. Dentre as garantias constitucionais do direito de propriedade, prevê-se que
- (A) a pequena propriedade rural, definida em lei e desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora, salvo para assegurar pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
  - (B) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social será efetuada mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
  - (C) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, não transmissível aos herdeiros, por seu caráter personalíssimo.
  - (D) a propriedade particular poderá ser objeto de uso pela autoridade competente, em caso de iminente perigo público, assegurada indenização posterior, independentemente da ocorrência de dano.
  - (E) a sucessão de bens de estrangeiros situados no país será sempre regulada pela lei brasileira, independentemente do que estabelecer a lei pessoal do *de cuius*.
22. A Constituição da República considera crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei,
- (A) qualquer discriminação atentatória das liberdades fundamentais.
  - (B) o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
  - (C) a prática do racismo.
  - (D) o crime definido como hediondo.
  - (E) a prática de tortura.
23. A responsabilização do Presidente da República pelo cometimento de crimes de responsabilidade
- (A) importará na suspensão do Presidente do exercício de suas funções, por até 180 dias, contados do recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (B) somente é cabível no caso de ato atentatório à existência da União ou ao livre exercício dos Poderes constitucionais federais.
  - (C) sujeitará o Presidente da República à prisão, inclusive em flagrante delito, se configurada prática de infração penal comum.
  - (D) dependerá de admissão da acusação por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados e julgamento pelo Senado Federal.
  - (E) será submetida a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, em decorrência da prerrogativa de foro inerente ao exercício de suas funções.

<p>24. A Constituição veda expressamente, em matéria orçamentária, a</p> <p>(A) vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvada, entre outros, a destinação de recursos para ações e serviços públicos de saúde.</p> <p>(B) realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, incluídas quaisquer operações autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais.</p> <p>(C) transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, salvo por antecipação de receita, pelo Governo Federal, para pagamento de despesas com pessoal ativo dos Estados e Municípios.</p> <p>(D) transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, salvo se com prévia autorização legislativa ou ratificação posterior.</p> <p>(E) concessão ou a utilização de créditos ilimitados, sem prévia autorização legislativa.</p>	<p>27. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional da previdência e da assistência social:</p> <p>I. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.</p> <p>II. Nenhum benefício da previdência social que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.</p> <p>III. Assim como a previdência, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.</p> <p>IV. A assistência social tem, dentre seus objetivos, a garantia de um salário mínimo de benefício bimestral à pessoa portadora de deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>25. A respeito da composição das Casas que integram o Congresso Nacional, a Constituição da República estabelece que</p> <p>(A) cada Deputado Federal será eleito com dois suplentes.</p> <p>(B) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.</p> <p>(C) nenhuma das unidades da Federação terá menos de dez ou mais de setenta Deputados Federais.</p> <p>(D) cada Território elegerá quatro Deputados Federais e três Senadores.</p> <p>(E) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado, Território e no Distrito Federal.</p>	<p>28. A decretação da intervenção da União em Estado-membro por recusa à execução de lei federal dependerá de</p> <p>(A) apreciação pelo Congresso Nacional e de nomeação de interventor.</p> <p>(B) solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido.</p> <p>(C) requisição do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.</p> <p>(E) requisição do Tribunal de Justiça da respectiva unidade da Federação.</p>
<p>26. NÃO será objeto de deliberação pelas Casas do Congresso Nacional a proposta de emenda à Constituição tendente a abolir</p> <p>(A) o voto direto, secreto, universal e obrigatório.</p> <p>(B) a prestação de contas da administração pública, direta e indireta.</p> <p>(C) a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>(D) a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial.</p> <p>(E) a forma federativa de Estado.</p>	<p>29. Nos termos da Constituição da República, compete aos Estados-membros da Federação</p> <p>(A) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.</p> <p>(B) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.</p> <p>(C) permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem por seu território ou nele permaneçam temporariamente.</p> <p>(D) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação federal pertinente.</p> <p>(E) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo.</p>

<p>30. A Constituição da República contempla, como garantia da liberdade de pensamento, a escusa ou objeção de consciência, pela qual</p> <p>(A) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.</p> <p>(B) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.</p> <p>(C) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.</p> <p>(D) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.</p> <p>(E) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.</p>	<p>33. Segundo a Lei nº 8.987/95, na concessão de serviço público</p> <p>(A) há a delegação da titularidade de determinado serviço público a pessoa jurídica ou a consórcio de empresas.</p> <p>(B) exige-se prévia licitação, na modalidade tomada de preços, sendo vedada qualquer preferência em razão da nacionalidade dos licitantes.</p> <p>(C) é necessário que este se constitua em empresa antes de celebrar o contrato de concessão, em sendo o licitante vencedor um consórcio.</p> <p>(D) os respectivos contratos poderão prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, como a arbitragem.</p> <p>(E) a encampação dispensa lei autorizativa específica, mas exige prévio pagamento da indenização à concessionária.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Administrativo</b></p> <p>31. A impugnação do instrumento convocatório da licitação por qualquer cidadão deve ocorrer até</p> <p>(A) 2 dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de preclusão administrativa.</p> <p>(B) 2 dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de decadência administrativa.</p> <p>(C) 3 dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de prescrição administrativa.</p> <p>(D) 5 dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de prescrição administrativa.</p> <p>(E) 5 dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de decadência administrativa.</p>	<p>34. Sobre os consórcios públicos, é correto afirmar que</p> <p>(A) são os acordos firmados entre pessoas jurídicas políticas ou entre pessoa jurídica política e entidade privada, com vistas ao fomento de atividade privada de interesse público.</p> <p>(B) são os acordos firmados entre pessoas jurídicas políticas de mesmo nível de governo, com vistas ao fomento de atividades de interesse comum.</p> <p>(C) adquirirão personalidade jurídica de direito público ou de direito privado com a sua celebração.</p> <p>(D) independem, assim como os convênios, de autorização legislativa para serem celebrados.</p> <p>(E) não estão dispensados de participar de procedimento licitatório para as contratações feitas pela Administração direta ou indireta das entidades políticas consorciadas.</p>
<p>32. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o servidor público terá aposentadoria</p> <p>(A) compulsória, aos 60 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.</p> <p>(B) compulsória, aos 70 anos de idade, com proventos integrais, desde que cumpridos ao menos 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.</p> <p>(C) voluntária, aos 30 anos de serviço público, se homem, e aos 25 anos de serviço público, se mulher, com proventos integrais, desde que cumpridos ao menos 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.</p> <p>(D) voluntária, aos 60 anos de idade, se homem, e aos 55 anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que cumpridos ao menos 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.</p> <p>(E) voluntária, aos 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que cumpridos ao menos 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.</p>	<p>35. Consoante a Lei nº 11.079/04, as parcerias público-privadas são firmadas pelo Poder Público e pela entidade privada interessada mediante</p> <p>(A) consórcio administrativo.</p> <p>(B) contrato de concessão.</p> <p>(C) convênio.</p> <p>(D) permissão de serviço público.</p> <p>(E) autorização de serviço público.</p>

<p>36. Em matéria de organização da Administração Pública, é correto afirmar que</p> <p>(A) descentralização administrativa consiste na transferência <i>interna corporis</i> da execução e da titularidade de serviços públicos aos diversos órgãos que compõem a Administração direta, fundada no poder hierárquico e na divisão de trabalho.</p> <p>(B) desconcentração administrativa consiste na transferência da prestação de serviços públicos a entidades dotadas de personalidade jurídica, distinta da Administração Pública central, constituindo o que a doutrina denomina de Administração indireta.</p> <p>(C) a descentralização administrativa concretiza-se mediante delegação, ao passo que a desconcentração se dá por meio da outorga de determinadas atribuições à entidade da administração indireta.</p> <p>(D) desconcentração administrativa ocorre quando há uma pluralidade de pessoas jurídicas públicas com competências políticas distintas, as quais encontram-se investidas no poder de fixar os altos interesses da coletividade, o que ocorre nos Estados Federais, compostos de Estados-Membros e, no Brasil, de Municípios e do Distrito Federal.</p> <p>(E) descentralização administrativa consiste na transferência da titularidade e da execução de serviços públicos a entidades dotadas de personalidade jurídica própria, distintas da Administração Pública direta, constituindo a denominada Administração indireta.</p>	<p>39. De acordo com a Lei federal nº 8.666/93,</p> <p>(A) o licitante vencedor do certame, quando do pronunciamento do resultado final de classificação das propostas, adquire o direito subjetivo de contratar com a Administração, sendo vedado ao Poder Público revogar o procedimento licitatório.</p> <p>(B) o pregão é modalidade de licitação que admite as formas presencial ou eletrônica e cuja adoção faz-se, por lei, obrigatória nas compras e contratações de serviços comuns pela União.</p> <p>(C) é dispensável a licitação nas contratações de obras e serviços de engenharia no valor de até R\$ 30 mil, feitas por consórcios públicos, empresas estatais e autarquias e fundações qualificadas como agências executivas.</p> <p>(D) as hipóteses de inexigibilidade nela enumeradas (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) são taxativas.</p> <p>(E) compete privativamente à União legislar sobre normas gerais e especiais de licitação aplicáveis à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.</p>
<p>37. São entidades que integram a Administração Indireta brasileira:</p> <p>(A) a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o Banco do Brasil e a FUNAI – Fundação Nacional do Índio.</p> <p>(B) o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a Secretaria da Receita Federal e a Empresa de Correios e Telégrafos.</p> <p>(C) a Petrobrás, a Casa Civil e a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações.</p> <p>(D) as organizações sociais, a UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais e o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.</p> <p>(E) o SESC – Serviço Social do Comércio, o Ministério da Educação e o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.</p>	<p>40. Repercute na esfera administrativa, em favor do servidor público acusado, a sentença proferida pelo juízo criminal absolvendo-o em razão de</p> <p>(A) restar provada a inexistência do fato.</p> <p>(B) não constituir o fato infração penal.</p> <p>(C) não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal.</p> <p>(D) não existir prova suficiente para a condenação.</p> <p>(E) não haver prova da existência do fato.</p>
<p>38. São princípios constitucionais informativos do Direito Administrativo:</p> <p>(A) legalidade, publicidade e pessoalidade.</p> <p>(B) eficiência, legalidade e contraditório.</p> <p>(C) descontinuidade, igualdade e improbidade.</p> <p>(D) moralidade, disponibilidade e supremacia do interesse público.</p> <p>(E) arbitrariedade, publicidade e eficiência.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Financeiro</b></p> <p>41. Dispõe a Lei nº 4.320/64 que a Lei de Orçamento</p> <p>(A) consignará dotações globais destinadas a atender, indiferentemente, a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.</p> <p>(B) compreenderá todas as receitas, excluindo-se as operações de créditos, mesmo quando essas operações forem autorizadas por lei.</p> <p>(C) poderá conter autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares até determinada importância.</p> <p>(D) conterà as receitas e as despesas pelos seus totais e respectivas deduções.</p> <p>(E) dispensará autorização do Executivo para realizar operações de crédito por antecipação de receitas.</p> <p>42. Os créditos adicionais destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica denominam-se créditos</p> <p>(A) suplementares.</p> <p>(B) especiais.</p> <p>(C) extraordinários.</p> <p>(D) tributários.</p> <p>(E) ordinários.</p>

<p>43. A Constituição Federal dispõe que</p> <p>(A) as leis orçamentárias são de iniciativa exclusiva da Câmara dos Deputados.</p> <p>(B) os projetos de leis orçamentárias serão apreciados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovados se obtiverem, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.</p> <p>(C) é permitido o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.</p> <p>(D) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares.</p> <p>(E) a lei orçamentária anual proibirá expressamente a autorização para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.</p>	<p>46. A Constituição Federal vigente classifica o orçamento público anual em</p> <p>(A) orçamento fiscal, orçamento de investimento das empresas estatais e orçamento da seguridade social.</p> <p>(B) plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento fiscal.</p> <p>(C) orçamento de investimento das empresas estatais, plano plurianual e orçamento da seguridade social.</p> <p>(D) lei de diretrizes orçamentárias, orçamento fiscal e orçamento da previdência social.</p> <p>(E) orçamento fiscal, orçamento extrafiscal e diretrizes orçamentárias.</p>
<p>44. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) dificulta a renúncia de receita pública, fixando condições para a concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, dispondo, entretanto, que tais regras não se aplicam às alterações das alíquotas dos impostos sobre</p> <p>(A) importação, exportação, produtos industrializados e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativos a títulos ou valores imobiliários.</p> <p>(B) operações financeiras, circulação de mercadorias e serviços, propriedade territorial rural e propriedade predial e territorial urbana.</p> <p>(C) propriedade predial e territorial urbana, exportação, propriedade territorial rural e propriedade de veículos automotores.</p> <p>(D) produtos industrializados, exportação, circulação de mercadorias e serviços e transmissão <i>causa mortis</i> e doação, de quaisquer bens ou direitos.</p> <p>(E) renda e proventos de qualquer natureza, exportação, propriedade territorial rural e transmissão <i>inter vivos</i>, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.</p>	<p>47. Quanto à transparência da gestão fiscal do Executivo Federal, é correto afirmar:</p> <p>(A) As contas apresentadas pelo Chefe do Executivo ficarão disponíveis durante o prazo de seis meses, no respectivo Tribunal de Contas.</p> <p>(B) O relatório de gestão fiscal será assinado pelo Presidente da República, pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, dentre outros.</p> <p>(C) A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, excluindo-se desses o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>(D) É vedada a participação popular e a realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.</p> <p>(E) É vedada a divulgação dos orçamentos por meios eletrônicos, incluindo nesses a Internet.</p>
<p>45. Considere as frases abaixo, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal:</p> <p>I. A lei não pode permitir a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas.</p> <p>II. O Banco Central do Brasil está impedido de conceder às instituições financeiras operações de descontos e de empréstimos.</p> <p>III. A destinação de recursos para cobrir déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender as condições da lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>48. Sobre as vedações em matéria tributária, considere:</p> <p>I. É vedada a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.</p> <p>II. É vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, sem qualquer ressalva.</p> <p>III. É vedada a abertura de crédito extraordinário sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>

<p>49. A respeito da receita pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00) dispõe que</p> <p>(A) a instituição, previsão e efetiva arrecadação das receitas originárias e derivadas constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal.</p> <p>(B) as transferências voluntárias de receitas públicas de um ente da federação para outro não podem sofrer quaisquer espécies de restrições ou suspensões.</p> <p>(C) o montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.</p> <p>(D) a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.</p> <p>(E) o cancelamento de débito não é permitido, seja qual for o seu valor.</p>	<p>53. Serão classificados no Ativo Permanente Imobilizado os direitos</p> <p>(A) de qualquer natureza que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou empresa.</p> <p>(B) que serão realizáveis somente no curso do exercício social subsequente àquele que está sendo encerrado.</p> <p>(C) que serão transformados em moeda após o término do exercício seguinte.</p> <p>(D) que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da empresa.</p> <p>(E) que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.</p>
<p>50. A respeito do exercício financeiro, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não-processadas.</p> <p>(B) A lei de diretrizes orçamentárias inclui as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.</p> <p>(C) O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.</p> <p>(D) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.</p> <p>(E) Conforme a Constituição Federal vigente, cabe à lei ordinária dispor sobre exercício financeiro.</p>	<p>54. De acordo com a Lei nº 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações, deverão ser classificadas, no Ativo Realizável a Longo Prazo, as contas a receber</p> <p>(A) vencidas há mais de 365 dias do faturamento.</p> <p>(B) com vencimento até 365 dias do faturamento.</p> <p>(C) que superarem o exercício seguinte ao balanço.</p> <p>(D) com vencimento no exercício subsequente ao balanço.</p> <p>(E) com vencimento até o fechamento do balanço.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Noções de Contabilidade e Auditoria</b></p> <p>51. Na apuração do Resultado pelo Regime de Caixa devem ser excluídas</p> <p>(A) as perdas de capital, os ganhos de capital e as receitas a prazo.</p> <p>(B) as receitas a prazo, as despesas provisionadas e as depreciações do período.</p> <p>(C) as despesas desembolsadas, as receitas de capital e as receitas a prazo.</p> <p>(D) as despesas desembolsadas, as amortizações de capital e as despesas não-operacionais.</p> <p>(E) as despesas não-operacionais, as depreciações do período e os gastos provisionados.</p>	<p>55. A Cia. de Limpeza Maravilha é contratada pela Cia. Alterosa para prestar serviços de limpeza durante 5 anos. Na assinatura do contrato, recebe o valor de 1 milhão de reais, correspondente ao montante total dos serviços contratados. O procedimento contábil indicado para o registro dessa operação, na empresa prestadora de serviços, no momento da assinatura e no recebimento total do contrato, seria</p> <p>(A) registrar como passivo o valor contratado.</p> <p>(B) reconhecer como receita do período o valor total recebido.</p> <p>(C) lançar o valor do contrato como conta do Ativo Diferido.</p> <p>(D) registrar o total contratado como Resultado de Exercícios Futuros.</p> <p>(E) contabilizar o valor contratado como redutora de ativo.</p>
<p>52. Os créditos concedidos a controladas decorrentes de transações não-operacionais, quando da elaboração do balanço patrimonial, são evidenciados no</p> <p>(A) Ativo Circulante.</p> <p>(B) Passivo Circulante.</p> <p>(C) Ativo Permanente Investimentos.</p> <p>(D) Passivo Exigível a Longo Prazo.</p> <p>(E) Ativo Realizável a Longo Prazo.</p>	<p>56. A empresa Independente contrata, em 01.02.2006, uma operação de desconto de uma nota promissória, com vencimento em 120 dias e juros de 5% ao mês. Em fevereiro, por ocasião do registro dessa transação, os juros incidentes na operação são registrados contabilmente como</p> <p>(A) uma despesa operacional.</p> <p>(B) juros a pagar.</p> <p>(C) uma despesa não-operacional.</p> <p>(D) encargos a transcorrer.</p> <p>(E) resultado financeiro.</p>

<p>57. NÃO são consideradas receitas de Capital</p> <p>(A) as decorrentes de amortização de empréstimos concedidos e as decorrentes de tributos e contribuições.</p> <p>(B) somente as originadas na arrecadação tributária e as decorrentes da prestação de serviços.</p> <p>(C) as formadas pela conversão em espécie de bens e direitos e as decorrentes da arrecadação de contribuições.</p> <p>(D) as provenientes de recursos financeiros de outras pessoas de direito público e privado destinadas exclusivamente a atender os gastos com subvenções econômicas.</p> <p>(E) aquelas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas.</p>	<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Engenharia</b></p> <p>61. Em relação às diversas modalidades de contratos de mão-de-obra para a construção civil (preço fechado, administração por homem/hora etc), considere as afirmações abaixo:</p> <p>I. <b>Escavação de vala-medição</b> – executada pelo volume medido (“cubicado”) no corte. Para o transporte do material é preciso considerar o empolamento (aumento de volume), que depende do terreno e fica em torno de 25%.</p> <p>II. <b>Alvenaria</b> – descontar apenas a área que exceder a 2,0 m<sup>2</sup> em cada vão. Por exemplo: calcula-se a área da parede inteira, depois desconta-se os vãos; para aqueles com 5,0 m<sup>2</sup> serão considerados apenas 3,0 m<sup>2</sup>. A área de 2,0 m<sup>2</sup> é devido ao trabalho que o pedreiro terá para requadra o vão.</p> <p>III. <b>Concreto</b> – mede-se na planta ou na própria obra. Alguns índices médios de consumo nas estruturas de concreto: <b>Peso do aço</b> – 80 a 120 kg/m<sup>3</sup> de concreto aplicado; <b>Área de formas</b> – 10 a 12 m<sup>2</sup>/m<sup>3</sup> de concreto aplicado; <b>Agregado para concreto</b> – as soma dos volumes de areia + brita 1 + brita 2 para a preparação de 1 m<sup>3</sup> de concreto é de 1,62 m<sup>3</sup>.</p> <p style="text-align: right;">Dado: traço em volume 1: 3: 4,5 consumo de cimento: 6 sacos/m<sup>3</sup> 1 saco = 36 L</p>
<p>58. Quando a receita prevista for superior à receita arrecadada tem-se</p> <p>(A) um excesso de arrecadação.</p> <p>(B) uma insuficiência de arrecadação.</p> <p>(C) um déficit orçamentário.</p> <p>(D) uma situação de excesso de execução.</p> <p>(E) um superávit patrimonial.</p>	<p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) III, apenas.</p>
<p>59. Ao avaliar o ambiente de controle existente na empresa o auditor NÃO deve considerar</p> <p>(A) a relevância dos valores registrados.</p> <p>(B) o processo decisório adotado na entidade.</p> <p>(C) as políticas de pessoal e segregação de funções.</p> <p>(D) a estrutura organizacional da empresa.</p> <p>(E) a definição de funções de toda a administração.</p>	<p>62. No cálculo do custo unitário básico, calculado pelo Sindicato da Construção Civil, são considerados</p> <p>(A) o acabamento externo do edifício.</p> <p>(B) as despesas relativas a fundações especiais.</p> <p>(C) os elevadores.</p> <p>(D) os impostos e as taxas.</p> <p>(E) os honorários profissionais.</p>
<p>60. A empresa Logística S.A. possui unidades em todos os Estados do Brasil. Para atender com qualidade seus clientes faz diversas transferências entre seus depósitos para garantir o fornecimento de seus produtos. O controle dos estoques é feito de forma sistêmica pelo setor de gestão de estoques, que efetua os registros contábeis, e o controle físico é feito pelo setor de expedição e almoxarifado. Esse procedimento no ambiente de controle refere-se a</p> <p>(A) realização de inventário físico permanente.</p> <p>(B) investigação substantiva de área.</p> <p>(C) segregação de funções.</p> <p>(D) integração de atividades.</p> <p>(E) mensuração de componentes.</p>	<p>63. Em medições angulares de precisão, com a finalidade de reduzir os erros instrumentais, deve-se verificar se o</p> <p>(A) eixo do nível da alidade horizontal (base) está perpendicular ao eixo principal horizontal.</p> <p>(B) eixo horizontal está perpendicular ao eixo de alidade (base).</p> <p>(C) eixo de colimação está paralelo ao eixo vertical.</p> <p>(D) zero do círculo horizontal está coincidindo com a direção zenital.</p> <p>(E) eixo principal vertical está coincidindo com o marco topográfico de referência.</p>

64. Em fotos aéreas verticais, pode-se citar, como aspecto importante da paralaxe estereoscópica de pontos, que
- (A) é inversamente relacionada com a cota do ponto e menor para pontos em cota maior.
  - (B) é inversamente relacionada com a cota do ponto e maior para pontos em cota maior.
  - (C) é diretamente relacionada com a cota do ponto e maior para pontos em cota maior.
  - (D) é diretamente relacionada com a cota do ponto e menor para pontos em cota maior.
  - (E) independente das cotas dos pontos.

65. No centro de uma foto aérea, obtida com câmera de focal = 152 mm, aparece a imagem de uma rodovia com largura = 2,5 mm. Sabendo-se que este trecho está na cota 304 m e que a altura do vôo foi de 1520 m, a largura real da rodovia, em metros, é:

Considerar:  
cotas em relação ao plano de referência (nível do mar)

- (A) 15,0
  - (B) 20,0
  - (C) 22,5
  - (D) 25,0
  - (E) 30,0
66. Com relação aos revestimentos utilizados em estradas ou ruas, também chamados de capa de rolamento, é correto afirmar que
- (A) o fator econômico é o que mais pesa na fixação de sua espessura.
  - (B) a espessura, dependendo do tráfego previsto, pode variar de 5 a 15 cm.
  - (C) podem ser sempre rígidos.
  - (D) é possível compensar a diminuição da espessura do revestimento, melhorando a base e a sub-base.
  - (E) a largura das demais camadas de um pavimento rodoviário, abaixo do revestimento, deve aumentar de baixo para cima.

67. A velocidade máxima a ser sinalizada em uma curva de 200 m de raio é de aproximadamente, em Km/h,
- Dados:  
super elevação = 5%  
coeficiente de atrito pavimento/pneu =  $f = 0,15$   
aceleração de gravidade =  $g = 10 \text{ m/s}^2$   
velocidade do projeto = 10% maior do que a sinalizada

- (A) 56
- (B) 60
- (C) 65
- (D) 72
- (E) 80

68. Na sinalização horizontal de vias de tráfego, é utilizada a cor
- (A) verde para proibir o uso da área demarcada.
  - (B) amarela para a separação de fluxos de sentido oposto.
  - (C) branca para a separação de fluxos de sentido oposto.
  - (D) amarela para símbolos e legendas.
  - (E) vermelha para a delimitação de área de circulação.

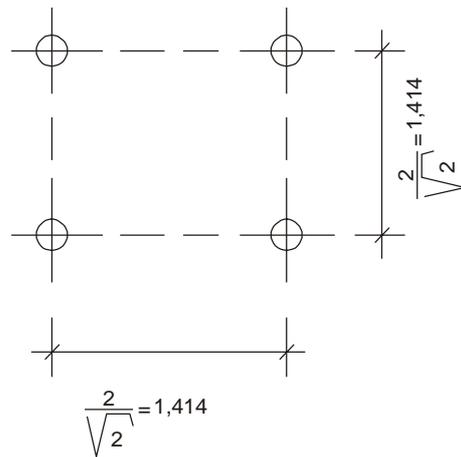
69. Uma edificação é apoiada sobre sapatas em solo argiloso normalmente adensado. Com o carregamento proveniente do peso da estrutura iniciou-se um processo de recalque por adensamento da argila. Como as sapatas têm dimensões e tensões de trabalho uniformes, espera-se que
- (A) as sapatas periféricas apresentem recalques maiores que as centrais.
  - (B) as sapatas centrais não sofram nenhum recalque.
  - (C) os recalques sofridos pelas sapatas sejam uniformes.
  - (D) não ocorram recalques.
  - (E) as sapatas periféricas apresentem recalques menores que as centrais.

70. Por problemas de interferência, o tubulão de um pilar de 40 tf deve ter sua base em falsa elipse. A maior dimensão dessa base, em metros, é

Dados:  
tensão admissível do solo =  $4,0 \text{ kgf/cm}^2$   
menor dimensão da base = 1,00 m  
 $\pi = 3$

- (A) 1,00
- (B) 1,25
- (C) 1,50
- (D) 1,75
- (E) 2,00

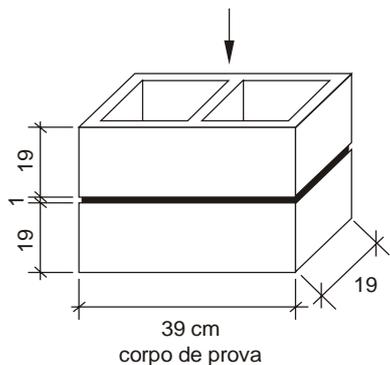
71. Considere o desenho abaixo.



Uma torre com 80 tf de carga vertical e 20 tfm de momento, em qualquer direção e sentido, foi projetada sobre 4 estacas tipo *Strauss*, conforme desenho acima. O diâmetro, em cm, e a carga, em tf, são, respectivamente:

- (A) 20 e 15
- (B) 25 e 20
- (C) 32 e 30
- (D) 38 e 40
- (E) 45 e 55

72. Considere o desenho a seguir.

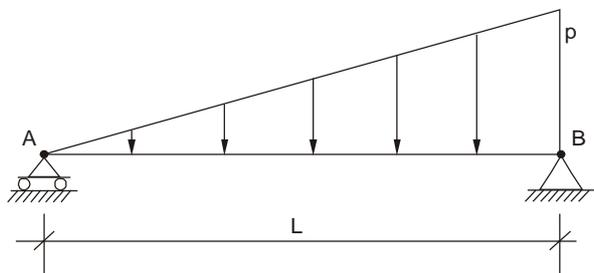


Dados:  
Área vazada = 50% da área bruta

A tensão de compressão de um corpo de prova de alvenaria de bloco estrutural é de 10 MPa referida a área bruta. Utilizando um coeficiente de segurança igual a 5, as cargas máximas, em tf, por metro linear de parede, compatível com a resistência do bloco vazio e do bloco cheio de *grout* são, respectivamente:

- (A) 95 e 190
- (B) 76 e 152
- (C) 57 e 114
- (D) 38 e 76
- (E) 19 e 38

73. Considere o desenho abaixo.

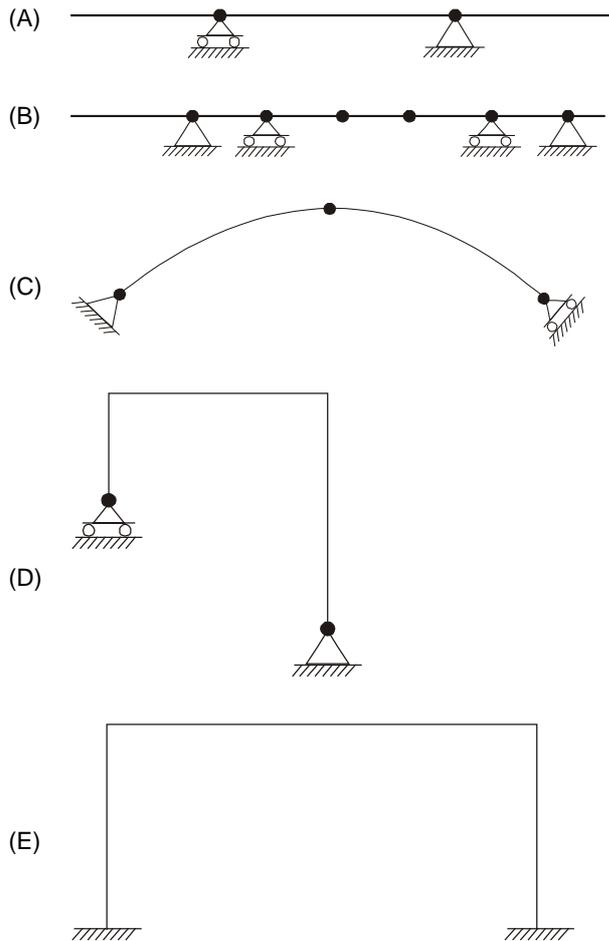


Na viga bi-apoiada, as reações de apoio RA e RB são, respectivamente:

- (A)  $\frac{p \times L}{6}$  ;  $\frac{p \times L}{3}$
- (B)  $\frac{p \times L}{2}$  ;  $\frac{p \times L}{2}$
- (C)  $p \times L$  ;  $\frac{p \times L}{3}$
- (D)  $\frac{p \times L}{8}$  ;  $\frac{p \times L}{2}$
- (E)  $\frac{p \times L^2}{8}$  ;  $\frac{p \times L^2}{6}$

74. Estruturas hiperestáticas são aquelas em que o número de reações vinculares é maior que o número de equações disponíveis. Constitui exemplo de estruturas hiperestáticas:

● articulação



75. O comprimento de ancoragem (ancoragem passiva) necessário para assegurar a transmissão da protensão ao concreto, no momento da liberação da extremidade do aço, deve ser determinado em função

- (A) da deformação lenta (fluência) e retração do concreto, e dos coeficientes de dilatação térmica do concreto e do aço.
- (B) da resistência característica e de escoamento convencional do aço, da deformação lenta e da retração do concreto.
- (C) da resistência a tração e a compressão, do módulo de deformação longitudinal e do coeficiente de *poison* do concreto.
- (D) do tipo de aço, tensão inicial na armadura, características do concreto no instante da protensão, posição e cobrimento da armadura.
- (E) da posição e cobrimento da armadura, da quantidade de fios e cordoalhas e do tipo do bloco de ancoragem usado.

76. A finalidade dos apoios de neoprene é

- (A) amortecer o efeito das cargas verticais devido ao impacto.
- (B) uniformizar a distribuição das cargas verticais sobre o apoio.
- (C) impedir a vibração da estrutura.
- (D) impedir o deslocamento provocado por forças horizontais (aceleração e frenagem).
- (E) permitir a rotação e os movimentos horizontais do apoio.

77. Trincas a 45° em alvenarias localizadas junto ao solo devem-se
- (A) à variação de temperatura na alvenaria.
  - (B) ao movimento de dilatação entre parede e madeiramento de telhado.
  - (C) à falta de cimento na argamassa de assentamento.
  - (D) aos recalques diferenciais no solo.
  - (E) à retração da alvenaria.

78. Na preparação de superfícies internas, em alvenaria, rebocadas, para receber tinta é INCORRETO
- (A) escovar ou espanar a superfície.
  - (B) eliminar as manchas de gordura e óleo.
  - (C) manter a caiação existente.
  - (D) aplicar selador nas paredes novas.
  - (E) deixar secar as paredes úmidas.

79. No tratamento de esgotos, flotação refere-se ao processo de
- (A) remoção de materiais em solução.
  - (B) remoção e eliminação de materiais não-flutuantes.
  - (C) separação e remoção de sólidos sedimentáveis.
  - (D) remoção de impurezas mais leves do que a água.
  - (E) aeração prolongada dos esgotos.

80. O sistema de floculação é uma unidade importante na estação de tratamento de água, nela ocorre o desenvolvimento e compactação dos flocos e de seu desempenho implicará maior ou menor eficiência do sistema de decantação. É INCORRETO afirmar que
- (A) o sistema de floculação pode ser hidráulico ou mecânico.
  - (B) existe somente o floculador mecânico do tipo de paletas, que pode ser de eixo horizontal ou vertical.
  - (C) é conveniente a floculação escalonada com valores e gradiente decrescentes.
  - (D) floculador mecânico de eixo horizontal do tipo de paletas é adequado para grandes instalações.
  - (E) o floculador hidráulico pode ser do tipo de fluxo horizontal ou vertical.

81. Numa adutora de água bruta de 600 mm de diâmetro sujeita a uma pressão máxima de 100 m.c.a., as curvas horizontais e as verticais
- (A) deverão ser ancoradas sempre, independentemente do tipo de juntas.
  - (B) deverão ser ancoradas, se o material for de aço com juntas soldadas.
  - (C) deverão ser ancoradas, se o material for de ferro dúctil com juntas travadas.
  - (D) não necessitam de blocos de ancoragem.
  - (E) deverão ser ancoradas, se a junta for do tipo ponta e bolsa.

82. Nos edifícios de vários pavimentos, considerando cada um com a altura de 3 m, quando a pressão existente nos ramais for superior a 40 m.c.a., será necessário reduzi-la, dividindo-se o prédio em zonas altimétricas, cada uma com o número máximo de pavimentos igual a
- (A) 10
  - (B) 13
  - (C) 15
  - (D) 18
  - (E) 20

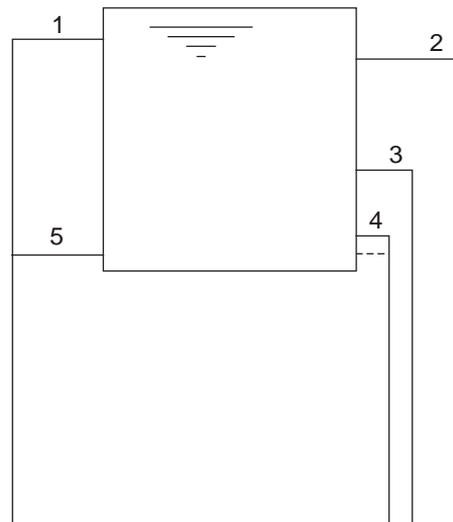
83. Na estimativa das vazões a escoar, em um sistema de drenagem pluvial urbana devem ser avaliados, dentre outros, os seguintes parâmetros:

- (A) intensidade da chuva crítica, número de dias com chuva durante o ano, tempo de escoamento superficial e população atendida.
- (B) o inverso do tempo de recorrência, número de dias com chuva durante o ano, tempo de escoamento na galeria e tempo de concentração.
- (C) tempo de recorrência, intensidade da chuva crítica, tempo de concentração e impermeabilização da área.
- (D) área contribuinte, população atendida, tempo de concentração e coeficiente de "runoff".
- (E) tipo de pavimento das ruas, profundidade da galeria, o inverso do tempo de recorrência e frequência das chuvas.

84. No sistema de drenagem superficial, o cálculo das vazões é feito pelo método racional. Para uma superfície de concreto de cimento onde o coeficiente de escoamento superficial é 0,75, a intensidade média de precipitação é de 12,0 mm/h e a área drenada de 6 Km<sup>2</sup>, a vazão, em m<sup>3</sup>, será, aproximadamente:

- (A) 15,0
- (B) 18,0
- (C) 20,0
- (D) 42,0
- (E) 54,0

85. Considere o desenho de um reservatório de água elevado, a seguir.



Os elementos numerados de 1 a 5 representam, respectivamente:

- (A) entrada, limpeza, ladrão, saída e incêndio.
- (B) ladrão, entrada, saída, incêndio e limpeza.
- (C) limpeza, ladrão, entrada, incêndio e saída.
- (D) incêndio, limpeza, saída, ladrão e entrada.
- (E) entrada, limpeza, incêndio, saída e ladrão.

86. Na estação elevatória de esgotos é indesejável a instalação de bombas com sucção negativa. Inclui-se entre as soluções NÃO recomendadas as bombas

- (A) de eixo horizontal tipo auto-escorvante.
- (B) de eixo horizontal em poço seco.
- (C) de eixo vertical em poço seco.
- (D) submersíveis.
- (E) tipo parafuso.

87. As ações possessórias são aquelas cuja causa é pedir a posse de uma determinada coisa ou de um certo objeto. Em ação de usucapião, geralmente, o perito NÃO deve
- (A) verificar se há sobreposição de áreas vizinhas ou em vizinhos.
  - (B) percorrer os limites da área usucapienda reconhecendo as divisas e confrontando-as com as indicadas na planta da exordial.
  - (C) observar o módulo mínimo de fracionamento da região em relação a área usucapienda.
  - (D) procurar pesquisar com os vizinhos visando a confirmação pacífica das divisas comuns.
  - (E) fundamentar seu trabalho exclusivamente na planta e memorial oferecidos pelo requerente junto à inicial.

88. A norma brasileira NBR-14653 da ABNT “Avaliação de Bens”, em sua parte 2 “Imóveis Urbanos”, estabeleceu os dois critérios de homogeneização dos elementos comparativos no processo de avaliação, quais sejam, pela utilização dos modelos de regressão e tratamento por fatores. Nesse sentido, é correto afirmar que
- (A) o tratamento por fatores não admite, *a priori*, a validade da existência de relações fixas entre os atributos específicos e os respectivos preços.
  - (B) a variável independente é expressa por uma combinação linear de variáveis dependentes, no modelo de regressão linear, para representar o mercado.
  - (C) não é necessariamente obrigatória, nos resultados da modelagem, a existência de coerência quanto aos comportamentos das variáveis dependentes e independentes com a lógica do mercado.
  - (D) é exigência, na utilização de modelos de regressão linear, a existência de normalidade dos resíduos, a homocedasticidade, a não-multicolinearidade, a não-autocorrelação, a independência e a inexistência de pontos atípicos.
  - (E) no tratamento por fatores, não devem ser utilizados aqueles fatores que resultem em redução da heterogeneidade dos valores.

**Instruções:** Para responder às questões de números 89 e 90 considere as seguintes informações:

*A partir da Constituição de 1988 e da Resolução CONAMA nº 237/97, o meio urbano passou a ser objeto de maiores avaliações em relação ao meio ambiente. Destes movimentos resultaram o EIA (Estudos de Impacto Ambiental), e o EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança).*

89. As leis Municipais, que regulamentam o EIV, podem e devem prever Audiência Pública para os empreendimentos e atividades sujeitas ao estudo. Nesse sentido, é correto afirmar que
- (A) a Audiência Pública tem poder de veto.
  - (B) os elementos apontados em Audiência Pública não devem ser considerados no processo de tomada de decisão.
  - (C) a Audiência Pública é consultiva não ficando o administrador adstrito a esses resultados.
  - (D) a Comissão de Gestão Urbana ou similar deve, em todos os casos, ser consultada no caso de regulamentação do EIV.
  - (E) essas leis só se aplicam em municípios com mais de 200.000 habitantes.

90. Conforme Lei Municipal, sujeitam-se ao EIV:
- (A) as atividades causadoras de poluição visual, sonora e as torres de transmissão de rádio e celulares.
  - (B) todos os empreendimentos urbanos de loteamentos.
  - (C) todos os condomínios.
  - (D) mercados, supermercados, hipermercados e centros de compras.
  - (E) as áreas submetidas à preempção.

**Controle Externo**

91. O controle Externo, exercido com auxílio do Tribunal de Contas da União, está a cargo
- (A) da Câmara dos Deputados.
  - (B) do Supremo Tribunal Federal.
  - (C) da Controladoria Geral da União.
  - (D) do Senado Federal.
  - (E) do Congresso Nacional.

92. Dentre as competências do Tribunal de Contas da União, NÃO se inclui
- (A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
  - (B) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
  - (C) administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada.
  - (D) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
  - (E) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município.

93. Considere as assertivas abaixo:
- I. Os Conselheiros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que possuam, entre outros requisitos, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
  - II. As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.
  - III. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
  - IV. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e III.
  - (E) II e IV.

<p>94. Conforme artigo 32 da Lei Complementar nº 33, de 28/06/1994, quanto à receita, NÃO compete ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais</p> <p>(A) fiscalizar os atos referentes à receita pública relativamente à legalidade, legitimidade e economicidade.</p> <p>(B) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse do Estado e dos Municípios.</p> <p>(C) inspecionar o serviço de revisão dos balancetes mensais das repartições arrecadadoras e quaisquer responsáveis, a fim de verificar se a arrecadação e a classificação da receita se conformam com as determinações legais.</p> <p>(D) emitir parecer prévio, se solicitado pelo Poder Legislativo, sobre empréstimo ou operação de crédito realizado pelo Estado ou pelo Município.</p> <p>(E) verificar a regularidade das cauções.</p>	<p>98. NÃO constam no rol de aspectos a serem considerados no julgamento das contas dos gestores sujeitos a jurisdição do Tribunal de Contas</p> <p>(A) as nomeações para cargos em comissão.</p> <p>(B) as receitas arrecadadas em confronto com as previstas, segundo a Lei Orçamentária.</p> <p>(C) os movimentos de Restos a Pagar, Depósitos em Geral, Encargos Gerais, Reservas de Contingência e outras despesas extra-orçamentárias.</p> <p>(D) as mutações patrimoniais do exercício, ativas e passivas.</p> <p>(E) as demonstrações discriminativas das contas inscritas no balanço patrimonial.</p>
<p>95. Conforme artigo 39 da Lei Orgânica do TCE-MG, os resultados gerais do exercício financeiro serão demonstrados, nos termos da lei, no</p> <p>(A) Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.</p> <p>(B) Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado Nominal.</p> <p>(C) Balanço Fiscal, no Balanço Patrimonial, no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.</p> <p>(D) Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.</p> <p>(E) Balanço Consolidado e no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.</p>	<p>99. Conforme Instrução Normativa nº 01/2002 do TCE-MG, constituem fatos determinantes para a instauração de Tomada de Contas Especial, no âmbito da Administração direta e indireta, estadual e municipal:</p> <p>I. Omissão no dever de prestar contas.</p> <p>II. Ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.</p> <p>III. Apresentação de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Estado ou pelo Município mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres.</p> <p>IV. Ocorrência de déficit apurado no Balanço Orçamentário.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I e II.</p>
<p>96. Considere as assertivas abaixo, em relação à Lei Orgânica do TCE-MG.</p> <p>I. Somente os Poderes Legislativo e Executivo deverão manter, de forma integrada, sistema de controle interno.</p> <p>II. Uma das finalidades do sistema de controle interno é apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão constitucional.</p> <p>III. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas no prazo de 15 dias úteis, sob pena de responsabilidade solidária.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) II e III, apenas.</p>	<p>100. Considere as seguintes ocorrências:</p> <p>I. Grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.</p> <p>II. Falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.</p> <p>III. Desfalque, peculato, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.</p> <p>As contas serão julgadas irregulares, conforme artigo 44 da Lei Orgânica do TCE-MG, se comprovada a ocorrência constante APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>
<p>97. Conforme artigo 73 da Lei Complementar nº 33 de 28/06/94, em todos os processos referentes à fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial e, ainda, nos recursos, o Tribunal deliberará por</p> <p>(A) Provimento.</p> <p>(B) Instrução.</p> <p>(C) Acórdão.</p> <p>(D) Parecer.</p> <p>(E) Resolução.</p>	<p>As contas serão julgadas irregulares, conforme artigo 44 da Lei Orgânica do TCE-MG, se comprovada a ocorrência constante APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>